

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luis Fria
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Fom de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernando Blumant, Hélio Schwartzman,
Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano,
Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pêssio Arão, Ronaldo Lemos,
Thiago Amparo, Luis Fria e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacini (finanças, planejamento
e novas negócios) Anderson Demian (mercado livre e estratégias digitais),
João Cestari (tecnologia) e Marcelo Remez (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Lula deve um plano para a energia limpa

Retórica pró-ambiente do governo contrasta com ausência de programa nacional detalhado para a transição, em meio à expansão do petróleo

Para um país dado a perfilar-se como potência ambiental, suscita estranheza a ambivalência do Brasil quanto à transição energética. Se não com a venda futura de biocombustíveis e hidrogênio verde para o mundo, mas no presente investe de fato em combustíveis fósseis.

Neste momento, nem mesmo contamos com um programa atualizado de enfrentamento da crise climática. O Plano Nacional sobre Mudança do Clima data de 2008 e só fixa objetivos até 2027.

Estamos, assim, em completa desfasagem até com as metas nacionais para o Acordo de Paris (2015), que outros países estão a revisar para torná-las mais ambiciosas. A nova versão do plano brasileiro só deve sair em 2025, ano da COP30 marcado em Belém do Pará.

Falar é fácil, como fez em 2021 o então ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, no governo de Jair Bolsonaro (PL). O sucessor de Ricardo Salles anunciou na COP26 que o Brasil iria zerar suas emissões líquidas de carbono até 2050.

Falta pouco mais de um quarto de século para esse horizonte, mas qual era a trajetória programada para alcançar tal meta? Não havia, como não há.

Existe, sim, um projeto, em todo contraditório com ela, de expandir a produção petrolífera, se possível para além de 2025. No recente Fórum Econômico Mundial, o ministro de Minas e Energia, Alexan-

dre Silveira (PSD), apostou que o petróleo ainda será fonte energética importante por 20 ou 30 anos. Poderia ser só deslize de ministro sequeiro de agradar à ala desenvolvimentista (para não dizer fôssil) no Planalto, mas parece política de governo. Na falta de um plano para o clima, cabe atentar para o Novo PAC lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Como assinalou Natalie Unterstell, do Instituto Talaano, o eixo transição energética do PAC prevê recursos de R\$ 365,4 bilhões, dos quais 64% para petróleo e gás e menos 12% para energia limpa. Os dois combustíveis fósseis receberão investimento principalmente do Estado, enquanto fontes alternativas dependerão de aportes privados.

Difícil imaginar expressão mais clara das reais prioridades do governo. Nem mesmo o argumento de que a renda dos fósseis financiaria a transição para de pé: se assim fosse, o direcionamento de recursos já estaria ocorrendo.

Foi-se o tempo em que o governo brasileira se pôs a posar de bom moço verde prometendo meramente reduzir o desmatamento, ainda menos maior fonte individual de gases do efeito estufa.

Para projetar-se como liderança crível à frente da COP30, cabe-lhe apresentar até lá um plano minucioso de como pretende conciliar o fanatismo petrolífero com a inadiável transição energética.

Prevenir e tratar

Com o envelhecimento da população, SUS precisa elevar taxas de controle de diabetes e hipertensão

Diabetes e hipertensão são duas das doenças crônicas não transmissíveis que precisam de acompanhamento contínuo. Entretanto, em cada 12 municípios não mediram a hemoglobina glicada e a pressão arterial em no menos 20% dos pacientes com essas condições, como noticiou a Folha.

Essa é meta estipulada pelo programa Prevenir Brasil, que em 2019 estabeleceu um modelo de financiamento das redes de saúde baseado no cumprimento de critérios de desempenho.

Desde lá, houve melhorias. No primeiro quadrimestre de 2022, a taxa de municípios que não atingiram o controle mínimo foi de 27% para diabetes e 95% para hipertensão; ao final daquele ano, 83% e 84%, respectivamente, com queda para 74,8% e 72,8% em 2023.

Estamos longe, porém, da meta de 5%, também preconizada pela Organização Mundial de Saúde. Segundo o último relatório global sobre a hipertensão da OMS, divulgado em 2023 com dados de 2019, 502 milhões de brasileiros entre 20 e 79 anos tinham hipertensão, o que representa 45% desse es-

trato — no mundo, a taxa é de 33%. Seria necessário atender mais 8,4 milhões de pacientes para atingir a meta de 5% de controle.

O número de pessoas com hipertensão no mundo dobrou entre 1990 e 2019, de 656 milhões para 1,3 bilhão. Fenômeno semelhante ocorre com a diabetes.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, a prevalência foi de 8,5% para 12,6% entre 2012 e 2022. Estudo da Universidade de Washington do ano passado aponta 230 milhões de pessoas com diabetes no mundo — que o montante dobrará até 2050, ao atingir cerca de 1,3 bilhão.

Com o envelhecimento global da população, as doenças crônicas não transmissíveis, que matam 41 milhões de pessoas por ano (74% das mortes no mundo), serão cada vez mais comuns.

O lado bom é que são males preveníveis e controláveis. É preciso fortalecer a atenção primária em saúde e as taxas de controle. Deve-se atuar nas causas desde a mais tenra idade. Atividade física, dieta saudável, conter o tabagismo e o consumo de álcool são medidas capazes de salvar vidas.



Justiça divina

Hélio Schwartzman

As vezes me pergunto em que século estamos. "Mesmo antes do nascimento, todos os seres humanos são a imagem de Deus, e suas vidas não podem ser destruídas sem apagar sua glória". Não, esse não é um trecho de livro escrito dois ou três milênios atrás, mas parte de uma decisão judicial publicada há pouco nos EUA, uma das nações mais ricas e desenvolvidas do planeta. O autor dessas palavras não é Moisés, mas sim Tom Parker, o presidente da Suprema Corte do Alabama que acabou de estabelecer que óvulos humanos fertilizados, mesmo fora de um útero, devem ser considerados "crianças".

O caso concreto trata da destruição acidental de crianças que eram mantidas congeladas numa clínica de fertilidade. Os magistrados decidiram que a legislação relativa à morte acidental de crianças deve ser aplicada. Especialistas ainda discutem o alcance dessa decisão, mas alguns efeitos já começaram a aparecer: Clínicas de fertilidade do Alabama já encerraram ou consideram encerrar suas atividades.

Tarcísio perdeu o CPF na Paulista

Bruno Boghossian

Tarcísio de Freitas disfarçou mal. Pegou o microfone, apertou velhos botões do partidarismo ("Estamos aqui para celebrar o verde-amarelo") e lançou palavras genéricas sobre liberdade. Enquanto o colega exibiam uma dose de orgulho golpista, ele disse que era preciso entender um tal "desafio da representatividade".

O governador paulista tentou fingir que aquele era um comício normal, num domingo qualquer. Exaltou obras de infraestrutura hídrica, lançou questionáveis milagres de expansão de ferrovias e disse ser grato a seu líder político — sem mencionar que os dois só estavam ali porque um deles corre o risco de ser preso por preparar um golpe de Estado.

O discurso de Tarcísio foi ensanduichado pelas falas de dois notórios bufões do bolsonarismo, Magno Malta e Silas Malafaia. Se a ideia era criar um contraste que permitisse ao governador realçar um figurino moderado, não funcionou. A adesão ao ato e suas companhias desnudam suas convicções mais francas. Os mais generosos aliados de Tarcísio descrevem o governador como um

Grande parte dos óvulos fertilizados não é viável, e eles não podem ser implantados. Agora também não podem ser destruídos. A única e cara solução seria mantê-los em geladeiras eternas, hipótese em que a corte teria contribuído para a criação de um novo conceito teológico: o criolúbio.

Não está claro se o raciocínio dos magistrados também vale para sucessos. Em hipótese afirmativa, teríamos o caos. Os embriões congelados concorrerem com os demais herdeiros. Em textos sobre aborto, costumam provocar os leitores perguntando-se, num incêndio, eles optariam por salvar uma criança ou uma geladeira com 200 embriões. Agora, no Alabama, bombeiros podem ser obrigados a enfrentar as chamas para resgatar o freezer.

Não dá para resolver os complexos dilemas da moderna reprodução assistida recorrendo a intuições teológicas de povos que não sabem o que era óvulo, espermatozoide nem embrião. Não tem como dar certo.

folha@outlook.com.br

que tem posições ponderadas, mas depende da herança de Bolsonaro. Falta explicar por que ele quase sempre cai para o mesmo lado da corda, autoriza o revanche policial em forma de carnificina ou abraçando um pacto por ansiedade a conspiradores golpistas.

No discurso de domingo (25), o governador reconheceu a devoção exigida e praticada por aqueles que pretendem colher os benefícios dessa filiação. Segundo ele, Bolsonaro "não é mais um CPF" porque representa um movimento político amplo, que independe de sua pessoa física. Por essa lógica, Tarcísio perdeu seu próprio CPF na avenida Paulista.

A sucessão de Bolsonaro ainda não foi deflagrada porque o ex-presidente quer ser bajulado por mais algum tempo. A associação desse processo e de seus postulantes com o golpismo, por outro lado, já mostra que setores competitivos da direita brasileira tapam o olho de compromissos democráticos para ter uma chance de voltar ao poder.

Gente ignorante ganha eleição

Mariliz Pereira Jorge

É quase irresistível não fazer piada sobre os participantes da manifestação convocada por Bolsonaro. Tudo tão caricato, mas o que vimos é mais alarmante que cômico. Em público, integrantes do governo Lula ironizaram, enquanto o presidente reconheceu que foi "grande". Pelo menos temos um adido na Presidência.

Tanto faz se foram 98 mil ou 700 mil, era gente para delirar na rua, sem falar de lires que reuniram mais de 200 mil pessoas e da mobilização nas redes, na quantidade de artigos, matizes desmerecendo o significado do ato, além dos que se lambuzaram em etarismo, racismo e elitismo. Por mais engrenagem que seja, as senas que entoam Geraldo Vandré devem acreditar que lutam pela democracia e talvez estejam dispostas a pagar em armas para defendê-la da ditadura em que acreditam viver. O nível de dissonância cognitiva é grande, mas produzir meme não dissolve essa massa antidemocrática.

Tratar o bolsonarismo como um movimento de elite em 2024 é puro

elitismo. Mais fácil personificar a extrema direita como a velha loira tocada do que reconhecer que Bolsonaro conquistou o voto de gente preta e pobre, que deu as caras na Paulista. Trata-se de como coadjuvantes, numa manifestação em que os endinheirados só participaram por que não querem voltar a dividir o avião com os menos afortunados, é classismo. É emergir-lhes apenas como massa de manobra, não como cidadãos atuantes na política. O Brasil é conservador e se encontra muito mais nas bandeiras autoritárias do bolsonarismo do que nas pautas de gente que desfila sua Birken em Santa Gertrudes.

Não sei se a esquerda morreu como esquerda, como afirma o filósofo Vladimir Safatle, mas anda muito destruída e esmiuçada com o fato de ter voltado ao poder, sem reconhecer que venceu uma eleição difícil e que talvez o verdadeiro segundo turno seja o de 2026. Como o bolsonarismo corre, gente ignorante e caricata ganha eleição.

IA e relações de consumo

Maria Inês Dolci

Artigo especializado na área da defesa do consumidor

Novos tempos, novos desafios. A internet nos trouxe a necessidade de ajustar o Código de Defesa do Consumidor (CDC) para abordar as relações virtuais de consumo.

O ajuste foi proposto em 2022 por um comitê de juristas que trabalhou para o Senado, mas parte das recomendações até hoje não virou lei. A comissão foi instituída por ato do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em 2022.

E agora é bem provável que tenhamos de adaptar o CDC para equilibrar os efeitos da inteligência artificial.

A IA já manipula hábitos e preferências do consumidor. Anúncios nos aparecem na web logo após pesquisarmos um determinado produto. Obviamente há um interesse comercial nisso, que não implica necessariamente ser indicado o melhor produto ou a melhor condição de pagamento.

A escassez de tempo leva muitas pessoas a optar pela sugestão derivada de cruzamento de algoritmos com sistemas computacionais. Reforço que nem sempre a dica da IA será a melhor escolha e, assim, há uma intervenção relevante em nosso poder de decisão.

De que forma devem ser reguladas essas ações? Ainda não sabemos, porque esse desafio é bem recente. Como evitar que nos tornemos marionetes de algoritmos? A resposta vale bilhões de reais. Mas, mais cedo ou mais tarde, terá de ser encontrada.

A União Europeia, como costuma ocorrer em diversas situações, está bem avançada nessa regulação. Em dezembro passado, ocorreu um acordo provisório sobre as regras para reger o uso de IA em casos como vigilância biométrica e ChatGPT.

No início deste mês, os 27 países do bloco confirmaram, de forma unânime, o texto com propostas de regras comuns para inteligência artificial. O próximo passo deverá ser a validação do texto pelo Parlamento Europeu, em abril deste ano. Se for aprovada — o que deve acontecer —, a regulação virará lei. Será uma referência global, porque envolveu muitos debates entre todos os países da UE.

No Brasil, projeto de lei de Rodrigo Pacheco sobre regulamentação da IA está na Comissão Temporária Interna de Inteligência Artificial da casa. A expectativa é que o marco regulatório seja votado ainda neste semestre.

Se as projeções se confirmarem, muito em breve teremos a nossa própria regulação de inteligência artificial, o que dará mais instrumentos, por exemplo, para a defesa dos direitos do consumidor.

Termos de avaliação então se o CDC necessitará ou não de ajustes para que não interfira negativamente nas relações de consumo.

Este, excepcionalmente, não é publicado a cargo de Davina McElroy